

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAPINZAL
METAS FISCAIS
LEI ORÇAMENTÁRIA - 2024**

**ANEXO
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER
CONTINUADO**

A estimativa de margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado é um requisito introduzido pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF para assegurar que não haverá a criação de nova despesa permanente sem fontes consistentes de financiamento.

O art. 17, da LRF, ao tratar da criação de despesas obrigatórias de caráter continuado, traz elementos à compreensão da natureza do problema. Nesse artigo, exige-se como requisito, para a efetivação desse grupo de despesas, a compensação pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa, onde aumento permanente de receita é aquele proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

A presente estimativa considera como ampliação da base de cálculo o crescimento real da atividade econômica, dado que se refere à elevação da grandeza econômica ou numérica sobre a qual se aplica uma alíquota para se obter o montante a ser arrecadado, assim como os efeitos da legislação sobre a arrecadação total.

Por sua vez, considera-se como obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios (caput do art. 17, da LRF).

Para que haja expansão da despesa de caráter continuado é necessário que o aumento não afete as metas de resultados fiscais, sendo necessária a compensação pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa, onde aumento permanente de receita é aquele proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

Desta forma, o crescimento real da atividade econômica é um dos fatores determinantes do aumento da base de cálculo da arrecadação tributária, já que se entende como conceito de base de cálculo a grandeza econômica ou numérica sobre a qual se aplica uma alíquota para obter o montante tributário a ser arrecadado.

Como está previsto o aumento da base de cálculo para 2024, em virtude da expectativa de crescimento real do Produto Interno Bruto (PIB) de 3,00%, índice previsto pela União, as transferências constitucionais sofrerão crescimento real compensando assim o crescimento das despesas obrigatórias de caráter continuado.

O aumento das despesas permanentes de caráter obrigatório que terão impacto em 2024 para toda a Administração Municipal será provocado pelos seguintes fatores: provimentos de cargos vagos ou criados já autorizados, crescimento vegetativo da folha de pagamento de servidores ativos, revisão geral do salário dos servidores municipais, com base no índice de 1,70, sobre o valor base atual, bem como a meta de inflação de

5,30%, estabelecidos pelo Governo que poderão afetar os valores referentes as despesas obrigatórias de caráter continuado para o exercício de 2024.

DEMONSTRATIVO DA MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

LRF Art. 4º, § 2º, V

Descrição	Valor
Aumento permanente da Receita	5.482.921,57
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	5.482.921,57
Redução Permanente da Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	5.482.921,57
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	3.894.350,87
Novas DCCO	3.894.350,87
Novas DCCO geradas por PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DCCO (V) = (III-IV)	1.588.570,70

Fonte: Secretaria Municipal de Planejamento.

1. Premissas e Metodologia de Cálculo

1.1 - Premissas

O Cadastro Imobiliário do Município nos últimos cinco exercícios apresentou um crescimento nominal médio anual de 1,00%, sendo:

2018 = 12.048 =
2019 = 12.100 = 1,004316069%
2020 = 12.263 = 1,013471074%
2021 = 12.417 = 1,012558102%
2022 = 13.196 = 1,062736571%
2023 = 13.313 = 0,88670000 %, até 30 de junho de 2023

Esses dados nos dão a certeza de que no mínimo 133 novas unidades imobiliárias poderão ser cadastradas para tributação do IPTU.

No presente exercício, o valor médio por unidade imobiliária corresponde a R\$ 351,29.

Valor Estimado 2023 em R\$	Numero de cadastros	Valor médio
4.676.722,61	13.313	R\$
4.676.722,61 /13.313		351,29

1.2 – Metodologia de cálculo

ESTIMATIVA DE CRECIMENTO EM 2024	
▪ Novas Unidades cadastrais = 133 x R\$ 351,29 cada =	46.721,57
▪ Crescimento real da atividade econômica, segundo projeções dos Governos: Federal e Estadual.	5.436.200,00
▪ Extinção de custos operacionais	0,00
Total	5.482.921,57

FONTE: Secretaria de Planejamento – Setor Tributário

Nota:

1. Para o cálculo do Aumento Permanente das Receitas foi utilizado o valor realizado das Receitas Correntes de 2020, 2021 e 2022, excluídas as Receitas sazonais e de Convênios (RREO 2020 2021 2022). A previsão do Aumento Permanente de Receitas será de 9,75% das receitas correntes para 2024, em relação ao valor estimado para o exercício de 2023. A estimativa considera também como ampliação da base de cálculo o crescimento real da atividade econômica, nos índices previstos pelo governo Federal para o exercício de 2024, 2025 e 2026.

2. Foram considerados para o cálculo das novas despesas obrigatórias de caráter continuado os aumentos constitucionais dos gastos com Saúde e Educação e a revisão geral anual prevista na legislação, que ficara vinculado ao crescimento das receitas.